



24

# Anais da Assembléia

Nº 165

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE OUTUBRO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretário - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo ..... Deputado Valdir Rossoni  
PFL ..... Deputado Plauto Miró  
PTB ..... Deputado Ademar Traiano  
PMDB ..... Deputado Orlando Pessuti  
PPB ..... Deputado Augustinho Zucchi  
PT ..... Deputado Péricles H. de Mello  
PDT ..... Deputado Edgar Bueno  
PL ..... Deputado Hortício Rodrigues  
PSN ..... Deputado Emerson Nerone  
PSDB .....

## Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Caratúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Rery Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Hortício Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**Ato da Presidência:**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 013/97**

**SÚMULA:** Autoriza o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, ausentar-se do País.

**DATA:** 02 de outubro de 1997.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprova e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno o seguinte decreto legislativo:

**Art. 1º** - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, ausentar-se do País, entre os dias 06 e 19 de outubro do corrente ano, com destino à Polônia e Ucrânia, para atender convite dos respectivos governos e, eventualmente, no retorno, à França, a fim de em Paris, comparecer a encontro junto a empresários que participarão da EQUIPAUTO, ocasiões em que serão feitos contatos com vistas ao trato de assuntos de interesse do Estado do Paraná.

**Art. 2º** - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.10.97.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 1997  
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Meiro Beraldin, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irandi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edmo Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Tecchy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jôlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Mártinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Riello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sênis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmar Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

Esta Segunda Secretária, com muito orgulho, que registra a presença de Minas Gerais em nossos meios, a Bancada do Parlamento Legislativo do Estado de Minas Gerais, Deputados: Miguel Martini, Sebastião Costa, Gilmar Machado, Carlos Pimenta, que representam a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, acompanhados da Assessora, Maria de Lourdes Capanema.

Em nome da Segunda Secretária, da Primeira Secretária, em nome do Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, do Deputado Luiz Carlos Zuk, do Deputado Meiro Beraldin, sejam bem-vindos ao nosso meio.

Muito obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofício:**

**OFÍCIO**

Sob o nº 191/97, da Senhora Emília de Salles Benatti, vice-Governadora do Estado, comunicando que seu afastamento do país, no dia 26 de setembro de 1997, por algumas horas, com destino à Ciudad del Este, Paraguai e Puerto Iguazu, Argentina, para, em companhia de autoridades estaduais, participar da inauguração do sistema especial e temporário de transporte de passageiros, sob o modal de linha através de estações-tubo. Ao Conhecimento da Casa.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2211**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado voto de pesar à família Pavelski, pelo falecimento da Sra. Ione Pereira Pavelski, no Município de Iriti.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 06.10.97

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO Nº 2212**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado voto de pesar à família Mendes, pelo falecimento do Sr. Acácio Mendes, no Município de Iriti.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 06.10.97

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO Nº 2208**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Câmara Municipal de Novo Itacolomi-Paraná, alusivos às comemorações do 7º Aniversário de Emancipação Política, no dia 27.09.97.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Manoel Gonçalves da Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Rua José Hilário Filho s/nº, CEP: 86.295-000, Município de Novo Itacolomi-Paraná.

Sala das Sessões, em 06.10.97

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 2209**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Delegado Benedito Lucio de Souza, alusivos aos relevantes serviços prestados frente à 54ª Delegacia Regional de Polícia de Ivaipora-Paraná, no período de 25.02.95 à 26.09.97.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à 16ª Subdivisão Policial de Campo Florido, sítio a Rua Hamboré, nº 606, CEP: 87.301-050, Município de Campo Mourão-Paraná.

Sala das Sessões, em 06.10.97

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 2210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Novo Itacolomi-Paraná, alusivos às comemorações do 7º Aniversário de Emancipação Política, no dia 27.09.97.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Jesuel de Oliveira, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Castelo Branco, s/nº, CEP: 86.895-000, Município de Novo Itacolomi-Paraná.

Sala das Sessões, em 06.10.97

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 2214

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a inserção em Ata de um voto de congratulações pela eleição e posse da nova diretoria do Sindicato dos Professores de Londrina, cuja composição é a seguinte: Presidente - Professor Cesar Antonio Caggiano Santos, vice-Presidente - Professora Ana Maria Pereira, 1ª Secretária Geral - Professora Regina Maria Ventura da Silva, 2ª Secretária Geral - Professor Pedro Paulo Barbosa Resende, 1º Tesoureiro - Professor Sérgio Tiski, 2º Tesoureiro - Professor José Carlos Gomes de Oliveira e Diretor de Imprensa - Professor Osmani Ferreira da Costa.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à Diretoria eleita, no seguinte endereço, Praça La Salle, 83, Jardim Canadá, Londrina-PR, CEP: 86.020-510.

Sala das Sessões, em 06.10.97

(a) JOEL COIMBRA

## JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Professores de Londrina - SINDIPROL é uma das mais importantes entidades do setor no Estado, que tem a seu favor uma enorme quantidade de serviços prestados à comunidade universitária.

Tendo a frente o Professor Cesar Antonio Caggiano Santos, nome de prestígio nos meios universitários do Estado, muito deverá fazer no sentido de que a entidade mantenha e acelere ainda mais o seu ritmo de atividades, pelo que apresentou em sua plataforma de trabalho.

## REQUERIMENTO Nº 2215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a inserção em Ata de um voto de congratulações aos diretores do Auto Posto Monções Ltda, que recentemente brindaram a população dos bairros Vila Guafra e Água Verde com as novas instalações do Posto Guairão, totalmente ampliado, remodelado e modernizado, representando assim melhores condições de atendimento à comunidade.

Por essa iniciativa reveladora de espírito empreendedor e respeito ao consumidor, justifica-se o presente voto de congratulações.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos senhores Roberto Fregonezze e Manoel José de Freitas à Av. Presidente Kennedy, nº 1996, Vila Guafra, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 06.09.97

(a) JOEL COIMBRA

## REQUERIMENTO Nº 2216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a inserção em Ata de um voto de congratulações ao Delegado João Ricardo Képes Noronha pela reeleição à Presidência da Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná - ADEPOL.

Reeleito por aclamação para ficar por mais dois anos no cargo, devido ao excelente trabalho realizado na gestão 95/97, com destaque à defesa institucional da categoria e aumento do patrimônio da entidade.

Pela sua postura simples e de independência na defesa dos interesses da entidade, é merecedor da nossa homenagem e do nosso reconhecimento.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 06.10.97

(a) JOEL COIMBRA

## REQUERIMENTO Nº 2219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Prefeitura Municipal de Castro, pela execução do projeto "Volta ao Campo", de iniciativa do Sr. Claudion Braga, Prefeito Municipal, elaborado e executado pelas Secretarias Municipais do Bem Estar Social e Agricultura.

Sala das Sessões, em 06.09.97

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

## JUSTIFICATIVA:

O projeto "Volta ao Campo", tem como principal objetivo remanejar famílias da periferia da área urbana, que passam necessidades diversas, a seus lugares de origem na área rural e promover a organização familiar, estimulando sua reintegração ao meio rural e o espírito comunitário.

Neste projeto estão envolvidas duas Secretarias, a do Bem Estar Social, que realiza o trabalho social, cadastrando as famílias, levanta as condições de habitabilidade das famílias no meio rural, orienta para noções básicas de saúde, estímulo ao aproveitamento da produção agrícola, enfim, entra com todo aparato para ambientar as famílias novamente ao meio rural.

A Secretaria da Agricultura, desenvolve uma atividade de voltada à manutenção econômica das famílias no campo, realizando o cadastramento do pequeno produtor, repasse de uma leitoa e vinte pintinhos para postura, orientação para o seu manejo, informação para instalação de horta caseira, repasse de sementes e adubos, assistência técnica para o desenvolvimento da lavoura de subsistência (milho e feijão) e incentivo à convivência comunitária.

O projeto tem como objetivos específicos: fixar o homem no campo; estimular a participação nas atividades técnicas promovidas pela SENAGRI; orientar as famílias quanto a noções básicas de saúde, saneamento básico, alimentação e educação; oferecer condições para fixar estas famílias em suas pequenas propriedades; oferecer recursos para que possam produzir mais, utilizando tecnologia mínima e diversificando o máximo para sobrevivência; oportunizar a utilização de excedentes da produção, para aumentar a renda familiar; e dar condições dignas de moradia para que tenham estímulo de permanecer nas suas origens.

Enquanto o Brasil debate o assunto mais polêmico da década, o Município de Castro dá um exemplo. É um momento oportuno para destacar o trabalho desenvolvido pela Prefeitura, pois está no auge o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a luta pela reforma agrária, a marcha dos sem terra à Curitiba, a reorganização da União Democrática Ruralista (UDR), e a falta de vontade política do governo em realizar a reforma agrária de fato.

Iniciativas como esta devem ser registradas, conhecidas e divulgadas a todas as Prefeituras do Brasil, não resolve o problema fundamental da reforma agrária, mas soluciona um dos mais graves problemas sociais do País, que é o exodo rural e a formação de favelas nas periferias das cidades.

## REQUERIMENTO Nº 2213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Heinz George Harwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica do trecho de aproximadamente 8 Kms da BR-373, Km 58 trevo de acesso à Cidade de Imbituva.

O município de Imbituva, hoje com 126 anos de emancipação política, possui uma de suas principais vias de

acesso, sem melhoramento asfáltico, há apenas um calçamento em pedras irregulares, que encontra-se em péssimo estado de conservação.

O seu percurso de aproximadamente 8 Kms, inicia-se na propriedade da família Aldebaran Brasil até a propriedade de Doraci Hermínio de Assis Bobato, já na localidade de Mato Branco de Baixo e trevo da Rodovia BR-373, que acessa a Cidade de Imbituva aos Municípios de Ivaí, Ipiranga, Guarimiranga, Prudentópolis, Guarapuava e outros.

Trata-se de justa reivindicação do nobre Vereador Alceu Sponholz, ao qual, somamos nosso total apoio.

Sala das Sessões, em 06.10.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 2217

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Exmo. Sr. Heinz George Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que determine o setor competente proceder estudos e levantamentos necessários para viabilizar a construção de uma ponte sobre o Rio Guaçu, parte represada pelo Lago de Itaipu, na confluência da antiga farinha, localidade de Arroio Guaçu, no Município de Mercedes.

Sala das Sessões, em 06.10.97

(a) DULCIO GENARI

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma obra da maior importância para as centenas de famílias que na região residem e trabalham a terra, produzindo riquezas que muito contribuem para o desenvolvimento do Estado. Porém, pela falta da referida ponte, tais riquezas produzidas de sol a sol, com muito sacrifício são perdidas por falta de condições de escoamento, cujo trajeto fica aumentado em mais de 50 Km.

#### REQUERIMENTO Nº 2207

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, questionando sobre o contrato firmado entre o Instituto de Saúde do Paraná e a Panificadora Trevo Ltda, para o fornecimento de pão francês de 50 gramas para o Hospital Regional de Cascavel ao preço unitário de R\$ 0,72 (setenta e dois centavos).

Qual a razão do elevado valor a ser pago pela unidade de pão, sendo que no mercado o mesmo produto é comercializado em média de R\$ 0,10 (dez centavos) a unidade?

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 512/97

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Fundação Carlos Thoms, com sede e foro no Município de Irati, Estado do Paraná.

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.97

(a) TOTI COLAÇO

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação Carlos Thoms, é filiada ao Rotary Club de Irati, e declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 676, de 30.06.86 e, ainda, devidamente inscrita no Cadastro Geral de Pessoa Jurídica CGC/MEF sob o nº 79.261.889/001-10.

A Fundação tem por finalidade assistir ao estudante de ambos os sexos, na faixa etária de 7 a 18 anos, no ensino de 1º e 2º graus. A assistência será concedida através de bolsas de estudos, que compreenderá no patrocínio de todo ou em parte do material escolar que o estudante necessitar, bem como, o pagamento de mensalidades, se houver.

A Fundação não tem fins lucrativos e tem como recursos financeiros para a manutenção das bolsas, contribuições espontâneas dos companheiros do Rotary de Irati, bem como, de doações especiais por ocasião dos festejos natalícios, no Rotary Club, já tradicionais naquele Clube.

Também, conforme Ofício em anexo, do Presidente Sr. Ilmaris Ruva, presta a informação de que os cargos ocupados não possuem qualquer tipo de remuneração.

Assim, preenchidos os requisitos da Lei nº 6.994, de 10.01.78, solicitamos o apoio dos nobres Pares.

#### PROJETO DE LEI Nº 513/97

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado, através da COPEL - Companhia de Energia Elétrica, a instituir um desconto especial de 50% (cinquenta por cento), nas faturas de consumo de energia elétrica, gastas por indústrias no Estado do Paraná.

§ 1º - Tanto as indústrias instaladas quanto as que estão em fase de instalação, bem como as que vierem a se instalar futuramente, dentro do período de 10 (dez) anos, terão o desconto especial.

§ 2º - Terão direito a este desconto as indústrias que comprovarem a admissão de no mínimo mais 3 (três) funcionários, a partir da aprovação desta lei.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.97

(a) TOTI COLAÇO

#### JUSTIFICATIVA:

Fizemos uma consulta à COPEL, indagando se existia algum tipo de incentivo ou de benefício, em termos tarifários no consumo de energia elétrica, para as indústrias que operam no Estado do Paraná. E a resposta foi negativa.

Todos sabemos que um dos maiores problemas sociais da atualidade é a falta de emprego. Um pai de família desempregado é um cidadão prestes a delinquir. Todos ficamos chocados quando vemos na televisão, vemos nos jornais ou ouvimos através das ondas do rádio, quando um pai de família presta depoimentos chorosos, porque não consegue arrumar emprego. Desespera-se ao ver sua família passando fome e não consegue supri-la das mais básicas necessidades.

Diante disso, há necessidade de que se crie novos empregos, novas esperanças de vida, novo alento aos trabalhadores desempregados.

Assim, com este Projeto de Lei, que institui um desconto especial de 50% (cinquenta por cento) no consumo de energia elétrica, gasto pelas indústrias e que para gozar deste benefício há necessidade da contratação de pelo menos mais três funcionários, é um grande incentivo para, primeiramente, a geração de novos empregos, pois, as indústrias já instaladas poderão aumentar seus horários de funcionamento e, em segundo lugar, a vantagem oferecida para que novas indústrias venham a se instalar em nosso Estado.

A COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, criada em 26 de outubro de 1954, é uma empresa de economia mista, voltada à produção, transformação, transporte, distribuição de energia, tendo como missão: "Atuar, de forma rentável na área de energia, satisfazendo com qualidade as necessidades de seus clientes e contribuindo para o desenvolvimento econômico, tecnológico e social do Paraná".

Por tratar-se de uma iniciativa de relevante valor social, solicitamos a aprovação dos nobres Pares.

#### PROJETO DE LEI Nº 514/97

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Idosos da Comunidade de São Riquelme" - Fraternidade, com sede e Foro no Distrito de São Riquelme, Município de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.97

(a) DUÍLIO GENARI.

#### JUSTIFICATIVA:

Fundada em 17 de março de 1995, com Estatutos devidamente registrados sob nº 662 no Registro de Pessoas Jurídicas em 14.09.95, inscrita no CGC/MF sob nº 00.882.797/00001-06, e tem por finalidade promover a integração social dos idosos entre si, na comunidade onde vivem e com outros grupos do município e região.

Trata-se de entidade que presta relevantes serviços, principalmente na promoção humana do idoso, que ao longo de sua vida tanto trabalhou e produziu, gerando riquezas para sua família e o Estado.

É merecedora do conhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade e, para alcançar melhor os seus objetivos, solicitamos a aprovação deste Projeto de Lei que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti, para que faça, em nome deste Poder Legislativo, a saudação aos ilustres colegas de Minas Gerais que nos visitam nesta tarde.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

É com muita satisfação, e agradecendo a Vossa Excelência, Deputado Neiyo Beraldin, que registramos a presença entre nós dos Deputados Carlos Pimenta, Miguel Martini, Sebastião Costa e Gilmar Machado, além da assessora da Assembléia, Maria de Lourdes Capanema; eles que integram uma Comissão Parlamentar de Inquérito constituída na Assembléia Legislativa de Minas Gerais para fazer uma avaliação completa e profunda do Sistema Previdenciário do Estado de Minas Gerais, o Instituto de Previdência daquele Estado. E evidentemente também analisando as perspectivas e possibilidade de se implantar naquele Estado o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos de Minas Gerais. Eles estão conosco desde às 11:00 horas da manhã, já tivemos oportunidade de nos reunir com diversos Senhores Deputados, com assessores desta Casa, e logo mais às 15:00 horas estarão em audiência com Sua Excelência, o Secretário da Administração, Reynold Stephanes Júnior, estarão em audiência também com o Doutor Renato Folador para discutir a questão da Previdência do Estado do Paraná e a questão do Fundo de Previdência. Então, em nome desta Casa quero cumprimentá-los, e tenho certeza que a estada de Vossas Excelências aqui no Paraná será de grande importância para a troca de experiências, não só daquilo que se faz em termos de Previdência no Estado do Paraná, mas também para que possamos nesta hora também que o Paraná se prepara para a elaboração do seu Fundo de Previdência discutirmos a experiência, a visão que tem o Estado de Minas Gerais com relação a esta questão previdenciária. Em meu nome pessoal e em nome dos Deputados, e agradecendo mais uma vez o Presidente Neiyo Beraldin, cumprimento-os e quero deixar evidentemente este Poder Legislativo a disposição dos nobres companheiros para que todas as informações que se fizeram necessárias possamos prestá-las no devido tempo e com a urgência que porventura possa merecer. Entendo Senhor Presidente que seria oportuno, concedermos também alguns minutos a palavra ao Deputado Miguel Martini que é o Presidente desta Comissão para que em nome dos nossos dignos visitantes possa dizer também dos motivos e das razões que os trazem ao Paraná.

Boas vindas ao Paraná, nossos amigos, nossa amiga de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Neiyo Beraldin) - É com muita satisfação que este Poder concede a palavra ao Deputado Miguel Martini, Deputado de Minas Gerais, usará a palavra. Fique a vontade no sentido de fazer o seu pronunciamento aqui, Vossa Excelência tem o tempo que bem desejar.

O SR. MIGUEL MARTINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados que compõem a Mesa desta Casa, Senhores Deputados colegas de Minas Gerais, colegas aqui do Paraná, senhoras e senhores, imprensa.

A minha palavra primeira é de gratidão pela acolhida carinhosa que recebemos dos Pares desta Casa, nos honram muito, sentimo-nos honrados por essa acolhida, por poder estar aqui neste Estado que é representativo no nosso País, na União; e que o propósito de estarmos aqui é exatamente para colher experiência, que pelas informações que nos chegaram, esse Estado já alcançou, já avançou, queremos é colher esses subsídios, essas informações, para naquilo que couber, levar para o Estado de Minas Gerais e adaptar a nossa realidade.

Somos membros de uma Comissão Parlamentar de Inquérito constituída na Casa Legislativa de Minas Gerais, com o propósito de levantar essa questão do Instituto de Previdência de Minas Gerais chamado IPCEM. E nos trabalhos dessa Comissão, concluímos que precisamos avançar, não apenas descobrir aquilo que está errado, como é a razão principal da constituição de uma CPI, mas queremos também ser uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que além de identificar os problemas, as irregularidades possíveis, também apresente uma proposta alternativa de solução.

No caso da seguridade social, e de um modo especial a Previdência é um problema grave, que o mundo inteiro discute, o Canadá, França, países já avançados, inclusive o Japão. No caso do Japão, se não me engano, já discute no ano 2015, já terão problemas sérios e não conseguirão manter a questão previdenciária como está colocada no momento.

O Brasil, como todos têm acompanhado pela mídia nacional também discute essa proposta alternativa para solucionar um grave problema, que é a questão da aposentadoria, a questão previdenciária como um todo.

Todos os Estados da Federação também discutem os seus problemas. A realidade hoje é que nem a União, nem os Estados, nem os Municípios que quiseram criar os seus Institutos de Previdência conseguirão pagar as aposentadorias como as assumidas em lei.

Então, é esse problema grave que queremos discutir. Estamos discutindo esta proposta alternativa. Temos que ser criativos, inovar e avançar, porque os modelos propostos, não há ninguém no mundo que tenha um modelo ideal de previdência.

Vimos aqui, porque sabemos que esta Casa Legislativa e o Governo do Paraná têm avançado em muitos pontos. Queremos trocar exatamente essas experiências para ver naquilo que podemos com certeza ser enriquecidos pelas experiências deste Estado, que tem contribuído muito para o desenvolvimento do nosso País.

Fica aqui o nosso agradecimento e reconhecimento desta Casa Legislativa pela acolhida que tivemos aqui. Minas Gerais é um Estado que estará sempre de braços abertos a todos os colegas. Tivemos a honra de acolher alguns Parlamentares desta Casa, que estiveram neste fim de semana, são do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neiyo Beraldin) - Nós é que agradecemos essa Comissão de colegas, Deputados de Minas Gerais, um Estado tão importante e grandioso do nosso País, que faz parte de momentos importantes da nossa história.

Caros colegas sejam bem-vindos. Fiquem a vontade. Passamos ao Horário das Lideranças.

PSDB, PFL, PT, PTB, PPB, PMDB, PDT, PL, Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEN DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoioados. À Diretoria

## Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duffio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 503/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/97, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 80.500.000,00 (oitenta milhões e quinhentos mil reais) ao vigente Orçamento Geral do Estado, visando atender à implementação de ações governamentais em municípios paranaenses e ao pagamento de precatórios trabalhistas decorrentes de acordo firmado entre o Governo do Estado e a Justiça do Trabalho, conforme especifica. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 164, de 02.10.97).**

## ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 461/97, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública o Centro Interdenominacional de Recuperação de Almas para Cristo - CIRAC, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. SUBSTITUTIVO DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 473/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/97, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao Município de Moreira Sales, parte do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado naquele município. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/97, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa Unidos do Parque, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/97, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Judô, com sede e foro no Município de Cascavel. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/97, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Mestres, Alunos e Amigos do Centro Municipal de Atendimento ao Deficiente Visual de Maringá - AMAADEVI. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera dispositivos da Lei nº 10.236, de 28.12.92, que dispõe sobre a Instituição de Taxa de Segurança Preventiva e Criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 020/97

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º - Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a instituição de Taxa de Segurança Preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar:

1. Acrescenta-se ao § 2º do Art. 8º, o inciso IV, com a seguinte redação:

Art. 8º - ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - à segurança preventiva dos jogos de futebol.

2. Suprime-se da Tabela para Cálculo da TSP no item 1.1.2, a expressão futebol.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.97

(a) ANIBAL KHURY.

## JUSTIFICATIVA:

É obrigação do poder público assegurar a segurança da população, principalmente em eventos públicos.

Sabemos que no Brasil a paixão pelo futebol está enraizada na vida do nosso povo e, em muitos casos, é a única alegria que é proporcionada às comunidades mais carentes.

Tal propositura justifica-se face o caráter deficitário das atividades futebolísticas em nosso país, que diferentemente dos centros maiores, como o europeu, reveste-se de caráter amador e sem fins lucrativos, com a paixão suplantando o lado empresarial.

No nosso Estado e em quase todo o Brasil são os abnegados dirigentes que financiam os clubes, pois as arrecadações nunca são condizentes com as despesas cada vez maiores.

A cobrança da taxa supracitada, além de onerar mais ainda as combalidas finanças dos nossos clubes, é injusta, pois está se cobrando por algo que é obrigação do Estado assegurar, a segurança do seu povo. Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares para a supressão da referida taxa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 20/97

## PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, visa alterar dispositivos da Lei 10236/92, que dispõe sobre a instituição de taxas de segurança preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que obste sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 15.04.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/97, de autoria do Deputado Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Marneleiro. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. SUBSTITUTIVO DA C.C.J. Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 263/97

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede no Município de Marneleiro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.97

(a) ADEMAR TRAIANO.

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 04 de outubro de 1969, e presta atendimento a dezenas de pessoas carentes.

A APMI, se constitui na única alternativa para estas pessoas, em grande número famílias carentes ou de baixa renda, e que não dispõem de recursos para a custeio de suas necessidades básicas.

Pelos motivos acima expostos, e pelos relevantes serviços que a entidade vem prestando à comunidade de-

quele Município, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares desta Casa de Leis.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 263/97**

**PARECER:**

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Ademar Traiano visa declarar de Utilidade Pública a APMI do Município de Marmeleiro.

Chamada esta Comissão a se manifestar, apresentamos parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para que o referido projeto seja enquadrado perfeitamente às regras legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO**  
**PROJETO DE LEI Nº 263/97**

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede e foro no Município de Marmeleiro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 09**

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 433/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 433/97**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.97.

(a) NELSON GARCIA.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede na Rua Engenheiro Keller, 865 em Engenheiro Beltrão, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de Direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A APMI, tem por finalidade a proteção e assistência à Maternidade e à Infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente, proporcionando a proteção antes, durante e após o parto; assistência médica à criança e à gestante, assistência alimentar, proteção e educação das crianças órfãs e abandonadas que vivem em vias públicas; proteção, tratamento e educação de crianças com defeitos físicos, mentais e sociais; proteção, recreação e educação de crianças que as mães trabalham fora do lar; divulgação dos preceitos de higiene, puericultura, recreação orientada e educação física dirigida; outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6.994/78 que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 433/97**

**PARECER:**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 30.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 10**

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 445/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/97, objetivando criar o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos - PCCV, para o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, entidade de personalidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145, de 11.09.97.)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 445/97**

**PARECER:**

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo visa criar o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos - PCCV, para o IAPAR, entidade de personalidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Apresentamos parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 30.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 445/97**

**PARECER:**

**RELATÓRIO**

O presente Plano de Lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 049/97, objetivando criar o PLANO DE CARREIRA, CARGOS E VENCIMENTOS - PCCV, para o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, entidade de personalidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A propositura já foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, merecendo parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, ressalta que o Plano de Lei em referência retrata atendimento de antiga reivindicação do IAPAR, ensejando eficiente instrumento para atração e retenção de servidores qualificados.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 01.09.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sobre a mesa, requerimento nº 2207, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. - Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2208 a 2210, de autoria do Se-



nhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente.

- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2211 a 2213, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. -

**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2214 a 2216, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. -

**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2217, de autoria do Senhor Deputado Duffio Genari, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2219, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Eu disse que nesta segunda-feira apresentaria provas cabais que o pãozinho que normalmente custa de 7 a 11 centavos a unidade está sendo pago pela Secretaria de Saúde a 72 centavos, inclusive eu tenho aqui a cópia do extrato do contrato que foi publicado no Diário Oficial do dia 29/09. Muito Obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, naturalmente amanhã nós teremos a oportunidade de discutir essa matéria, mas eu quero tranquilizar o Deputado Romanelli de que se isso for verdadeiro, todas as medidas cabíveis para o caso serão tomadas. Mas quero alertar o Deputado Romanelli que as compras feitas pelo Hospital de Cascavel, eram feitas pelo Conselho Comunitário e agora é que foi firmado um Convênio entre os Municípios daquela região as compras são feitas pelo consórcio Intermunicipal. Mas amanhã nós teremos a oportunidade de discutir essa questão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Só queria retornar ao assunto e dizer o seguinte: que quem assina, espero que esteja errado, que seja um erro que foi publicado no Diário Oficial. Mas quem assina o Contrato é o Diretor Administrativo da Secretaria do Estado de Segurança Pública do Instituto de Saúde do Pa-

raá.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/97.
- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 020, 263, 433 e 445/97.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 352, 438, e 454/97.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

#### RESOLVE:

##### PORTARIA Nº 124/97

colocar, à disposição da COHAPAR, na Cidade de Ponta Grossa, o servidor FERNANDO REBISCHKE, funcionário desta Assembleia Legislativa, com ônus para o órgão de origem.

##### PORTARIA Nº 125/97

colocar, à disposição da 3ª Regional de Saúde, na Cidade de Ponta Grossa, o servidor ANDERSON LUIS STRACK TAVARES, funcionário desta Assembleia Legislativa, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.10.97.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral